

Dossiê

**Estado e trabalhadore(a)s
em perspectiva histórica**

Gerando o contrapoder, de baixo para cima e à esquerda ou de como mudar o mundo, revolucionando o poder, de baixo para cima*

Carlos Antonio Aguirre Rojas**

Resumo:

Pretende-se propor uma reflexão sobre as diferenças, os conteúdos e as inter-relações entre diversos níveis e formas de poder, como o poder *estatal*, o poder *político* e o poder *social*. Busca assim, tematizar como configurar o *contrapoder* popular e subalterno, e quais as formas como este é gestado pelos movimentos sociais anti-sistêmicos e anticapitalistas atuais.

“É necessário construir uma nova cultura política. Esta nova cultura política pode surgir de uma nova forma de ver o poder. Não se trata de tomar o poder, mas de revolucionar sua relação com os que o exercem e com os que o padecem”.

Subcomandante Insurgente Marcos

Mudar o mundo, revolucionando o poder

Agora, quando o importante movimento da *Outra Campanha*¹ se estende de ponta a ponta do México, começando a ganhar força e a se enraizar nos distintos grupos, classes e setores subalternos de todo o país, isto é, quando se gesta este vasto movimento de clara dimensão *nacional*, ao mesmo tempo em que *toda* a

* Tradução de Alexander Maxmilian Hilsenbeck Filho, mestre em Ciências Sociais pela Unesp (Marília)

** Pesquisador do Instituto de Pesquisas Sociais da UNAM, e professor na Escola Nacional de Antropologia e História do INAH, ambos no México.

1. Em 2005 o zapatismo deu a conhecer a *VI Declaração da Selva Lacandona* e a *Outra Campanha* – que se constitui como frente operativa da *VI Declaração*. Os insurgentes já efetivam certa reconstrução do poder social desde baixo, em uma escala local; com a *Outra*, a questão é como fazê-lo em âmbito nacional, em conjunto com uma forte e ampla rede de setores subalternos em rebeldia, em uma estratégia com organizações sociais, movimentos, coletivos e indivíduos bem delimitados no campo da luta política e de classes, à distância do Estado e das elites políticas. O objetivo é apresentar propostas de como lutar contra o capitalismo e criar um programa nacional de lutas, por meio da organização e criação de uma contra-hegemonia, desde baixo e democraticamente, para a luta de esquerda nacional e mundial. [Nota do tradutor].

classe política mexicana, sem exceção, afunda em uma crise de legitimidade e credibilidade social de grandes proporções², torna-se relevante discutir com cuidado e atenção uma série de questões cruciais que, no futuro próximo, deverá praticamente confrontar este mesmo movimento social da *Outra Campanha*.

Ao avançar na construção do Programa Nacional de Luta e na consolidação da rede de sujeitos sociais subalternos, que definem o corpo deste novo movimento social e anticapitalista de toda a nação mexicana (movimento que se orienta para uma transformação social radical e, nesta via, primeiro até a edificação de um novo pacto social e uma nova Constituição), esse processo da *Outra Campanha*³, haverá de topiar, cedo ou tarde, com toda uma série de problemas e perguntas cruciais, dentre as quais se destaca claramente a questão de sua atitude e posição frente ao problema do poder.

Não somente frente ao tão debatido, vulgarizado e simplificado ponto da “tomada do poder” mas, amplamente e de modo mais preciso e específico, frente ao poder particular do Estado mexicano: quanto aos partidos políticos e às organizações políticas mexicanas, mas também quanto às organizações sociais e aos movimentos sociais de todo tipo -isto é, frente aos distintos mas sempre articulados níveis do poder *estatal*, do poder *político* e de certas expressões importantes do poder *social*.

Mais que o *slogan* falso e simplificador de que os neozapatistas (e, agora, a *Outra Campanha*) querem “mudar o mundo, sem tomar o poder”, impõe-se uma reflexão séria e minuciosa das diferenças, conteúdos e inter-relações entre estes diversos níveis e formas de poder. Trata-se da tematização do que pode ser e é o *contrapoder* popular e subalterno, e das formas como este é gestado pelos movimentos sociais genuinamente anti-sistêmicos ou anticapitalistas atuais, juntamente com o exame de como estes problemas agora se conectam com o digno e crescente movimento mexicano da *Outra Campanha*.

Portanto, além de não se repetir esse *slogan* simplificador e equivocado, deve-se buscar entender, detalhadamente, essas distintas formas e níveis de poder e de contrapoderes, uma vez que pretendemos observar, com atenção, a “nova forma de ver o poder”, que há vários anos é defendida e praticada pelos neozapatistas mexicanos. Devemos também atentar para o significado e as

2. Sobre esta crise e desastre definitivo da classe política mexicana ver Aguirre Rojas (2006a). Não obstante, é importante assinalar que esta crise política mexicana não faz mais que expressar uma crise política que se dá em escala planetária, e que faz parte da verdadeira *crise terminal* do capitalismo atual, ponto sobre o qual vale a pena ver Wallerstein (2005), e também Aguirre Rojas (2005), assim como a “Introdução” a Aguirre Rojas (2004).

3. Sobre as características gerais deste importante processo da *Outra Campanha*, cfr. todo o número 6 da revista *ContraHistorias*, publicada em abril de 2006, e em particular nosso ensaio, Aguirre Rojas (2006b).

principais implicações dessa “revolução da relação do poder” com aqueles que o exercem e com os que o padecem, como uma revolução que contém em suas fundamentais reivindicações o “mandar obedecendo” e o reclamo de uma “outra política”, radicalmente diversa à atualmente vigente.

Voltar ao “poder” dos clássicos

Depois das múltiplas experiências que, ao longo de todo o século XX, tentaram construir sociedades e mundos socialistas, mas desembocaram na recente crise do chamado “socialismo realmente existente”, popularizou-se e se difundiu amplamente a crítica ao que Immanuel Wallerstein (1996) chama a “estratégia de dois passos”. Esta estratégia foi seguida pela maioria dos movimentos anti-sistêmicos do mundo, antes da revolução cultural mundial de 1968: primeiro, “tomar o poder do Estado”; depois, com esse controle do aparato ou poder estatal, começar a “mudar o mundo”.

Considerando as experiências do intuito de construção do socialismo até 1968, a crítica à estratégia gradualista é essencialmente correta. Contudo, isso *não* implica *renunciar por princípio* ao objetivo da “tomada do poder do Estado”, mas à orientação e subordinação de todo o movimento social anti-sistêmico ao único objetivo da conquista do poder estatal. Implica redefinir sua importância, seu lugar, seu momento e seu caráter específico, a partir do mais verdadeiro e profundo objetivo desses movimentos anticapitalistas que, sem dúvida, é o de substituir todo o sistema social capitalista por uma nova sociedade não capitalista. Isto significa mudar radicalmente o mundo atual, explorador e burguês, e substituí-lo por *outro* mundo novo, justo, fraterno, democrático e livre.

Nesse mesmo clima pós 1968, em que se desenvolveu a crítica à “estratégia de dois passos”, Michel Foucault recordava que o poder e as relações de poder *não* são exclusivos dos espaços que correspondem à existência e à ação dos Estados, ou ao âmbito mais global da política e do político, mas se encontram presentes em todo o largo tecido social, reproduzindo-se como “micropoderes” em praticamente todas as esferas possíveis das relações humanas⁴.

No entanto, os micropoderes e as formas do poder, aos quais Foucault se refere, *não* são as mesmas formas do poder político, nem tampouco do poder estatal, mas, sobretudo, as distintas variantes do poder *social* –o que não tem impedido que, ao se debater a questão da “tomada do poder”, messem-se, mesmo sem perceber, estas distintas formas do poder, que são: o poder social, o poder político e o poder do Estado ou estatal.

4. A esse respeito, deve-se revisar a brilhante obra de Michel Foucault (2001a). Pode-se ver também Foucault (1999), assim como (2005) e (2001b).

Ao se discutir o objetivo da conquista ou tomada do poder, em certos momentos, *não* fica claro se a questão é apoderar-se da máquina estatal, tal e como ela existe e tratar de utilizá-la com *outros* fins, ou conquistar o *espaço político* desse aparato estatal e pôr de lado esse velho Estado, para se reapropriar, talvez, de *outro* modo, outra lógica, outro olhar e outros fins, as funções e tarefas que antes cumpria esse velho Estado ou máquina estatal. Tampouco fica claro se essa “tomada do poder” é entendida como uma revolução total na esfera e âmbito do poder político, que modificaria o modo atual de mal “gestionar os assuntos públicos” hoje imperante, ou, como uma terceira possibilidade, se essa “tomada do poder” tenderia mais para a deslocalização e desconcentração do poder ao longo do tecido social -o que, de certa forma, “dissolveria” e fragmentaria o poder estatal e o poder político, no seio dos espaços sociais da família, da fábrica, no bairro, na comunidade, no território, ou qualquer âmbito social-humano possível.

Ao se debater a tomada do poder, às vezes e sem se dar conta, todas essas dimensões podem se misturar. Por isso, acreditamos ser necessário um retorno a alguns conceitos clássicos, em especial às lições do próprio Marx. Não se trata de evitar pensar o novo, nem paralisar nossa capacidade heurística com uma rígida ortodoxia qualquer, mas enfrentar com melhores ferramentas as complexas lições dos novos movimentos sociais na América Latina -como o digno e importante movimento indígena neozapatista mexicano ou o atual movimento da *Outra Campanha*.

Marx foi muito claro ao definir o *poder social* como a forma mais *geral* do poder. Um poder social, ou potência social, que brota diretamente da simples interconexão e metabolismo elementar entre os seres humanos. Pelo simples fato de interagir, associar-se e se reunir para atingir determinado objetivo, com a simples cooperação e atividade conjunta, os homens geram uma força ou potência social, um poder social específico, que será sempre maior que a soma simples das forças ou dos poderes individuais dos distintos sujeitos humanos que colaboraram ou cooperam entre si⁵.

É um poder social, que nasce da reunião, associação ou cooperação entre os seres humanos e, portanto, pode se expressar de múltiplas formas e em *todos* os âmbitos da vida social, e será o mesmo, na família e nas relações de casais ou de pais e filhos; na fábrica, na sala de aulas ou dentro das prisões ou hospitais; passando por diversos espaços e relações sociais, culturais, territoriais, de gerações,

5. Sobre este ponto, cfr. a idéia de Marx (2003) de como, a partir da atividade *cooperativa* no trabalho, pode-se gerar uma força ou poder social *novo*, uma *força de massas* que é maior do que a soma mecânica do conjunto das forças individuais dos operários que cooperam entre si. Em nossa opinião, esta tese é válida não somente para o processo da cooperação dentro da atividade do trabalho, mas para *todo* tipo de cooperação e interconexão humana.

jurídicas ou humanas de toda ordem. Isto, naturalmente, implica estar também dentro da esfera da política.

O poder social onipresente nas sociedades e em toda a história humana, como teorizado por Michel Foucault, é *sempre* a verdadeira *fonte* que gera e nutre o poder político e, por esta via, também todo poder estatal imaginável. Esse magma social de força e de capacidade em geral, que faz brotar cidades e florescer os campos, como nos quadros de Van Gogh e Picasso, nas obras de Bach e de Vivaldi, é um poder social de múltiplos rostos que, em certo momento da história, se *protocoliza*, *institucionaliza* e *reconfigura* para gestar o mundo da política e o mundo humano, o próprio poder político e, noutra dimensão, também o poder estatal.

Por essa razão, para impugnar o poder político estabelecido ou o poder do Estado que hoje governa, deve-se buscar sempre uma aproximação com a sociedade e o conjunto completo da vida social, mobilizando distintas formas desse poder social onipresente e disperso, como pontos de apoio específico para o combate às formas políticas e estatais do poder dominante.

É evidente, na longa história das lutas de todos os movimentos sociais anti-sistêmicos, que a organização de distintos grupos, setores ou classes sociais, configuram claras formas de um poder *social* dissidente, em distintos espaços sociais, capazes de impugnar, sabotar, escavar e, às vezes, derrotar com êxito os poderes políticos e os Estados dominantes vigentes. Um movimento social anti-sistêmico que atua, mobiliza e protesta, é sempre uma expressão do *poder social* que se contrapõe ao poder político e estatal dominante. Os recursos e possibilidades de um movimento social, que luta contra um sistema social dominante, abarcam conjuntamente a esfera da cultura e as lutas ideológica, simbólica e intelectual em todas suas formas, a confrontação social em todas suas frentes possíveis –incluindo a ação da luta econômica e material em geral, junto, obviamente, ao combate diretamente político.

Isso indica que a *Outra Campanha*, ou os movimentos sociais da América Latina e do mundo, afirmam-se em todas essas frentes de luta, contra a discriminação racial, social, de gênero, étnica ou cultural, ou mesmo contra a exploração econômica, a desigualdade social, o despotismo político, a miséria cultural e as distintas formas de opressão, a humilhação e as exclusões sociais em todas suas formas.

É, também, o leque completo de lutas e frentes de luta, que constitui esses pontos de apoio sociais, a partir dos quais se questiona e põe em crise o poder político e o Estado, uma vez que o embate contra o sistema social burguês, seu domínio e sua hegemonia, *não* é somente político, mas social, econômico, cultural e, em geral, até civilizatório.

Isso explica como se começa a substituir a velha e já caduca equação da “estratégia em dois passos” (esquema gradual de tomar o poder para, depois, mudar o mundo) pela nova estratégia de começar, aqui, agora e em todo lugar, a mudar o mundo, confrontando as formas de poder *social* capitalista em todos os espaços que elas ocupam e em todo o tecido das sociedades, para gestar, desde já, os germes e os espaços do novo mundo e da nova sociedade. Portanto, nos apoiamos nesses espaços novos, conquistados palmo a palmo ao capitalismo, não apenas para “tomar o poder” estatal ou político vigentes, mas para subverter, desestruturar e revolucionar completamente os poderes estatais e políticos, construir um *outro modo radicalmente diverso* das relações políticas e, por conseguinte, outra forma igualmente diferente de gestão dos assuntos coletivos da comunidade social.

Ao se observar a prática e a história desses novos movimentos sociais latino-americanos, como o neozapatismo mexicano, os Sem Terra brasileiros, os Piqueteiros argentinos ou as comunidades indígenas da Bolívia e Equador, parece claro que todos estão criando e recriando constantemente distintas formas do *contrapoder social*, formas locais, territoriais, simbólicas ou espaciais, de tipo social, cultural, econômico e político. Uma vez que preconizam um outro e novo mundo, tornam-se claras as plataformas do combate cotidiano aos poderes políticos e aos Estados dominantes, em suas respectivas sociedades.

Se a impugnação dos poderes estatais e/ou políticos *dominantes*, numa determinada situação, sempre ocorre no âmbito do social, desde os pontos de apoio e das plataformas que representam certas formas desse *poder social*, é evidente que essa impugnação obriga a transformação desses pontos de apoio e formas do poder social em *contrapoderes* sociais, isto é, em figuras novas do poder social que, ao se contraporem ao poder do Estado e ao poder político hegemônicos, se consolidam como reais poderes *alternativos, contrários, divergentes* e essencialmente *diferentes* desses poderes hegemônicos. Nesse sentido, tornam-se contrapoderes inicialmente emergentes, depois alternativos e, finalmente, substitutivos do antigo poder dominante, estatal e político⁶.

No entanto, não se deve entender que o contrapoder deva obedecer a *mesma* lógica do poder mas que, para ser alternativo e realmente um *contra-poder* ao poder estatal e político hegemônicos, deverá se orientar por *outra* lógica, *outra* dinâmica e *outra* perspectiva, radicalmente distintas das dos poderes dominantes⁷. Por esta razão, frente à situação das atuais sociedades do planeta, seguir uma lógica, uma dinâmica e uma perspectiva que deverão ser, agora e

6. Sobre este ponto cfr. Antonio Gramsci (1968) e todo o conjunto de suas brilhantes reflexões sobre o processo da *construção* de uma nova hegemonia histórica.

permanentemente, claramente *anticapitalistas*, igualmente implantadas de *baixo para cima* e à *esquerda*.

É justamente esta possível construção e constituição de um contrapoder social alternativo que permite distinguir e discriminar aos distintos movimentos sociais que, atualmente, são gerados e desenvolvidos no seio das diversas sociedades capitalistas. No vasto leque destes movimentos sociais, existem muitos que são simplesmente a expressão direta do descontentamento, da saturação, insatisfação ou insubordinação que geram cotidianas relações e práticas de exploração, despotismo, discriminação, despojo, desigualdade, humilhação e exclusão que caracterizam o capitalismo atual. Porém, paralelamente a estes movimentos reativos e defensivos, há movimentos sociais genuinamente *anti-sistêmicos* e *anticapitalistas*, de caráter mais permanente, ofensivo e realmente alternativo à ordem social existente.

Certos movimentos, como os de protesto contra fraudes eleitorais ou variantes da expressão dos movimentos feministas, ecologistas, estudantis, etc, geralmente apresentam um caráter conjuntural, efêmero, limitado, local e específico. Por isso, diluem-se rapidamente quando, por exemplo, o próprio líder desanima e contém o protesto popular de tendência mais radical; quando se alcançam as “cotas” do número de mulheres em um partido ou organização; são atendidas as questões do impacto ecológico de um certo projeto governamental; mantêm-se os subsídios ao preço do transporte universitário, etc.

Os movimentos realmente anticapitalistas e anti-sistêmicos, somente se consolidam quando *transcendem* este caráter conjuntural, efêmero, parcial ou restringido, para se inscrever na lógica da geração de um verdadeiro *contrapoder social*, alternativo aos poderes estatais, políticos e sociais dominantes. Trata-se, portanto, de um contrapoder que só pode ser gerado no próprio seio da sociedade e do vasto tecido social, “de baixo para cima e à esquerda”, no amplo conjunto das classes, setores e grupos sociais *subalternos*, dentro do horizonte de uma transformação social radical e de uma emancipação completa e global desses mesmos atores sociais subalternos.

Sobre a onipotente debilidade do Estado e do poder político

Se o poder social é multiforme e onipresente, como um espaço natural e um dos principais conteúdos dos movimentos sociais anti-sistêmicos, o poder político em mudança é sempre *derivado*, *dependente* do poder social e, também, mais delimitado pelas próprias formas e figuras –ainda que monopolizando,

7. Sobre os problemas e riscos de opor à lógica do poder uma lógica simplesmente *invertida*, mas não distinta, ver Subcomandante Insurgente Marcos (1997) e Zibechi (2004).

durante séculos e milênios, as funções da dominação, o controle e a ordem precisamente políticos de uma sociedade.

Muitos textos de Marx apresentam a idéia de que a sociedade política não é nada além do que o “resumo oficial” da sociedade civil, e por isso, é somente uma forma derivada, desviada, deformada e ossificada de dita sociedade civil multiforme e plural. Isto leva a Marx a insistir na idéia de que todo o mundo da política não *é*, nem poderá ser, uma “totalidade auto-explicativa”, pois mesmo o político não pode ter como finalidade a própria política, uma vez que esta política existe sempre para gestionar e dar curso a problemas de ordem econômico, social ou cultural, mas *não* o político⁸. O poder político *não* existe para o poder político, para si mesmo, ou para fins meramente políticos, mas para fins sempre externos ao próprio poder político (extra-políticos), ou seja, para afiançar uma ordem social, reproduzir uma hegemonia cultural ou para legitimar uma certa estrutura ou organização econômica particular.

O poder político tem sempre finalidades extra-políticas, ou externas a si mesmo, e a idéia de que exista somente para sua auto-reprodução é um delírio e um extravio total, mas é justamente daí que deriva a figura descontrolada e até literariamente emblemática dos personagens que buscam o poder político pelo poder mesmo, dando curso a uma perversão totalmente carente de sentido.

Deve-se lembrar que o político não é mais que uma forma derivada de expressão do social, e que o poder político é apenas uma variante desse poder social. Mas, se este poder político não encontra em si mesmo as condições de sua própria explicação, nem tampouco as premissas de sua auto-reprodução, então todas as suas formas, estruturas, relações e aparatos, somente fazem sentido quando se apóiam e se referem a determinadas forças sociais, classes e interesses econômicos, a certos grupos ou a processos culturais específicos.

Por isso, a crise profunda e total em que vive toda a classe política mexicana, que com variantes se repete na América Latina e no mundo inteiro, deve-se em parte ao fato de que ela já *não* representa a ninguém mais que a si mesma, havendo perdido todo nexos ou conexão importante com os movimentos sociais, com as forças sociais reais e, inclusive, com os diferentes setores, grupos ou classes da sociedade mexicana.

Ao falar de “tomar o poder”, geralmente, a idéia se refere a este poder político, mas haveria que se recordar que o poder político *não* se reduz ao

8. Para esta brilhante idéia de Marx (s/d), da natureza somente *derivada* e *não autosuficiente* do político, e sobre tudo seus *Elementos fundamentais para a crítica da economia política. Grundrisse*. Desta idéia, Marx deriva a tese de que, com o fim das classes sociais e do antagonismo de classes, virá também o fim desta atividade política, sua morte ou extinção definitiva. Sobre este ponto, cfr. nosso ensaio, Aguirre Rojas (2006c), onde, seguindo esta brilhante tese de Marx, caracterizamos os processos atuais como o período da “morte da política”.

Estado, mesmo que naturalmente o inclua dentro de seus elementos constitutivos. Junto ao Estado, o poder político está conformado pelos distintos partidos políticos e diversas organizações políticas, mesmo as que ocupam posições dominantes ou hegemônicas ou as da chamada “oposição”. Portanto, tomar o poder político implica conquistar tanto o Estado quanto esses partidos e organizações, também políticos.

Além desta freqüente confusão entre poder estatal ou Estado e poder político, a questão é que o poder político *hoje* dominante, inclusive do Estado atual, no México ou em qualquer outro país do mundo, domina justamente porque tem o apoio e o fundamento das classes e grupos sociais, igualmente *dominantes*, fundamentalmente no plano econômico, mas também na esfera social e no âmbito cultural. Essas classes, grupos e setores dominantes exercem o controle e a hegemonia porque são os donos do dinheiro, das fábricas e empresas, e têm a seu favor os mecanismos do controle e da dominação social, junto à legitimação e à convalidação da ideologia e da cultura igualmente dominantes.

Domínio social global, que se expressa no plano político como controle do aparato do Estado, somente pode ser subvertido e desmontado a partir de um contrapeso importante de poder *social*, que não se limite a confrontar essa dominação nas esferas do tecido social em que ela se afirma e desdobra mas, também, que represente uma força social, tão considerável e massiva, que seja capaz de se opor com êxito e vencer o poder estatal hoje dominante⁹. Se o objetivo for somente “tomar o poder” do Estado, sem mudar o mundo, isto é possível através das eleições, talvez da conquista de um partido político, da criação de um partido político novo, ou de uma organização política de recente criação que mobilize efemeramente os eleitores e consiga, por esta via, a conquista do poder estatal. Em outras palavras, que continue se movendo *dentro* dos estreitos marcos da mesma esfera do político, estabelecendo somente muito débeis e efêmeras pontes com o resto do tecido social.

Porém, se o objetivo profundo for mudar radicalmente o mundo, isso somente será possível saindo desse espaço limitado do poder político, para desconstruir e subverter a dominação do Estado hoje hegemônico, desde os espaços da sociedade e de todas as formas do poder social, disputar essa dominação e hegemonia em *todas as frentes* da realidade social, e gerar um *contrapoder social* massivo, imponente e em toda parte, capaz de modificar

9. O que nos tem sido demonstrado pelas experiências recentes dos povos da Bolívia, Equador ou Argentina, onde os movimentos sociais organizados têm logrado derrocar a vários Presidentes, de maneira pacífica e pela simples via de fazer valer, de maneira contundente, seu rechaço e seu veto às impopulares políticas desses governantes, ou seja ao mostrar e fazer valer seu claro estatuto de figuras do *contrapoder social*.

radicalmente todo o modo e formas desse poder político -assim como as relações que ele estabelece, de um lado com os que o exercem e, de outro, com aqueles que o padecem.

Trata-se de um processo que se resume no profundo e inteligente *oxymorón*, reivindicado pelos neozapatistas, de que aquele que manda deve “mandar obedecendo”. Significa que, quem exercer esse poder político e estatal de mando, deve fazê-lo *obedecendo ao povo*, respeitando suas exigências e demandas principais, velando sempre pelo cumprimento dos interesses populares e acatando, todo o tempo, a vontade específica dessas vastas classes e grupos sociais subalternos.

Como o lema que se encontra à entrada de todos os Caracóis zapatistas, esse novo contrapoder, realmente popular, é regido pelo princípio de que “aqui o povo manda e o governo obedece”. Isto, naturalmente, revoluciona a relação desse poder estatal e político, tanto com quem o exerce, como com quem agora o padece.

Ao *reunificar* as funções do mando e da obediência, deslocalizar e recolocar as funções de mando, não mais nos “governantes” mas na vasta pirâmide dos “governados”, revolucionam-se de tal modo as relações de poder estatal e político, que já *não* é mais possível continuar falando da velha *política* tradicional, conhecida desde Aristóteles. Impõe-se, portanto, falar de uma “*outra política*”, *totalmente diversa* dessa atividade política, que as sociedades desenvolveram durante dois mil e quinhentos anos e, hoje, morre e declina definitivamente ante nossos olhos.

É a morte da política tradicional e o nascimento da “*outra política*”, reivindicada pelos neozapatistas¹⁰ e, sob diversas formas, pelos mais avançados movimentos sociais da América Latina, como os Piqueteiros argentinos, os Sem Terra do Brasil e os indígenas equatorianos e bolivianos. A partir dessa reunificação e inversão das funções do mando e obediência, alteram-se radicalmente a essência do que é e do que pode ser o “Estado”, o poder estatal, o poder político e toda a esfera da política e do político humano, até hoje conhecidos. Trata-se de uma modificação total e profunda da essência do poder estatal e do poder político, que explica a razão pela qual os neozapatistas têm insistido em afirmar que, para eles, *não* se trata simplesmente de “tomar o poder”, mas de *revolucioná-lo radicalmente*, ocupando o atual espaço do Estado (partidos e organizações políticas) com formas e figuras tão *diferentes*, que somente podem ser nomeadas e compreendidas a partir do *oxymorón* (“mandar obedecendo”) e da lógica qualitativamente distinta, como exercício e afirmação da “*outra política*” - completamente diferente da atual.

10. Sobre a morte da política humana em geral, ver Aguirre Rojas (2006c), cap. 3, “La muerte de la política en el contexto de la América Latina contemporánea”. Acerca do ponto fundamental da “*Outra política*”, consultar Aguirre Rojas (2006d).

O que, não casualmente, cruza de maneira direta com as experiências da Comuna de Paris, dos Soviets Russos, dos Conselhos Operários italianos ou da Revolução Cultural Chinesa, entre outras. Experiências históricas de clara *geração* de um *contrapoder popular* que, com diferentes desenlaces e destinos, repetem recorrentemente certas lições, mostrando que *não* se trata simplesmente de “tomar o poder” do Estado e usá-lo para fins distintos, ou de “tomar o poder político” para fazê-lo funcionar agora em benefício do povo, mas de *revolucionar radicalmente* o aparato estatal, todas as relações e estruturas políticas, *destruindo* ao antigo Estado e *eliminando* as velhas formas de exercício da política -para instaurar um *novo* modo de administrar os problemas coletivos da comunidade e uma forma nova de gestionar os assuntos públicos em geral.

Portanto, como Marx apontou claramente, não se trata de “tomar posse da máquina do Estado tal como está, e servir-se dela para seus próprios fins”, mas de *destruí-la*: o que implica, por exemplo, que o exército e a polícia sejam *substituídos* pelo povo em armas, enquanto a antiga burocracia *desaparece* e é também substituída pelos cidadãos comuns e correntes. Ao mesmo tempo, os salários dos funcionários deixam de ser enormes e se reduzem ao salário médio de um operário (no caso das Juntas de Bom Governo Neozapatistas, os salários simplesmente desaparecem), uma vez que todos os ocupantes dos diversos cargos e postos públicos tornam-se diretamente *responsáveis* frente aos seus eleitores, imediatamente *revogáveis* a qualquer momento, além de constantemente rotativos¹¹.

Assim, mais que “tomar o poder do Estado”, trata-se de *destruir* este Estado, substituindo-o por um aparato racional e inteligente de administração dos problemas coletivos da comunidade e, que, dificilmente, pode ter esse velho nome de “Estado”.

O mesmo sucede com toda a esfera da política. Mais que “tomar o poder político”, trata-se de *revolucionar radicalmente* o modo de conceber e exercer a política, desmistificando, por exemplo, a absurda idéia de que política é uma atividade complexa, sofisticada e reservada a um pequeno grupo de pessoas altamente qualificadas que, usualmente, são membros das elites dominantes (como fizeram, a Comuna de Paris, os Soviets Russos, ou as Juntas de Bom Governo dos Neozapatistas), para assumir a realidade de que se trata de uma atividade simples e elementar, que pode ser exercida e realizada por qualquer cidadão comum.

Trata-se, também, de transcender a idéia dessa política como algo reservado a certos tempos específicos (como o das eleições) e a lugares privilegiados (como

11. Sobre todas estas lições essenciais da Comuna de Paris e outras mais que aqui não resumimos, ainda profundamente válidas e vigentes, consultar a brilhante análise de Marx (1986).

o Parlamento ou os Palácios do Governo), para concebê-la como um assunto cotidiano e presente em todos os espaços humanos, desde o lar, a escola, a fábrica ou a rua, até os campos, as cidades e as universidades, entre muitos outros.

Deve-se, igualmente, superar a idéia dominante da política vista em termos instrumentais, em que “o fim justifica os meios” e os princípios são sacrificados em favor de interesses egoístas e benefícios materiais de todo tipo, para assumi-la como uma atividade em que os meios contam tanto quanto os fins, o critério *ético* deve primar por cima de qualquer outro, respeitando a fidelidade aos princípios, a memória e a história dos próprios antepassados, e a única recompensa do trabalho e o esforço exercidos deve ser “a satisfação do dever cumprido”.

Isto é *outra política*, outro modo “de ver o poder” e de exercê-lo, que nem deveria ser chamado pelo velho nome de “política”, que tem muito pouco que ver com a atividade chamada “política” que se inventou na antiga Grécia e que hoje vive sua fase de crise terminal e definitiva, morrendo progressivamente, a cada dia, frente a nossa própria vista.

Outra política que já não se baseia na caduca e limitada democracia formal, delegativa e supostamente representativa, com sua complicada divisão de poderes executivos, legislativos e judiciais, e com seu fetichista culto ao sacrossanto princípio das “maiorias” e as “minorias”. Ao contrário, baseia-se em uma democracia real, direta e participativa, em que as assembléias em plenário tomam sempre as decisões fundamentais e os “delegados” são sempre rotativos, diretamente responsáveis e permanentemente revocáveis em qualquer momento, conformando sua ação ao princípio de “mandar obedecendo”. Simplificando a gestão administrativa de todos os assuntos comuns, em uma lógica que, longe de impor formal e mecanicamente o ponto de vista da “maioria” (seja esta de 51% contra 49% de outra posição), busca ir gerando *consensos* amplos e racionais, uma vez que sempre incorpora os pontos de vista das chamadas “minorias”, em uma permanente e interessante relação e assimilação dialógicas.

Portanto, gerar o contrapoder popular não equivale a “tomar o poder do Estado” ou a “tomar o poder político”, a se esquecer do Estado e ignorar sua existência (frente à ameaça que em muitos sentidos representa), nem a se esquecer do papel do mundo da política ou os riscos permanentes que implica, de cooptar, neutralizar, instrumentalizar e até arruinar aos movimentos sociais, tanto anti-sistêmicos como em geral.

Pela lógica já explicada, gerar contrapoder popular é avançar na criação de um potente movimento social anti-sistêmico que, encarnando um poder social crescente e cada vez mais onipresente em todo o tecido social, vá *destruindo* ao velho Estado e *eliminando* a velha política e a classe política a ela vinculada, para

instalar, nesses espaços estatais e políticos, um governo que “manda obedecendo” e que aplica e pratica uma “outra política”.

De baixo para cima e à esquerda

Se a questão é de ir gerando esse contrapoder subalterno e popular, é claro que o mesmo *não* pode brotar do pico da pirâmide social, dos de cima, dos que hoje dominam, exploram, discriminam e humilham a outros, vivendo a custa do trabalho e do esforço alheios.

Este fato é testemunhado pela experiência histórica de muitos dos movimentos sociais do século XX, que conseguiram “tomar o poder do Estado”, para logo serem pervertidos e subsumidos à lógica capitalista dominante. O poder político e o poder estatal possuem mecanismos poderosos de perversão e sedução, que deformam e falseiam, constantemente, as iniciativas, os logros, as conquistas e os triunfos vindos da parte dos de abaixo, das classes e setores subalternos de uma sociedade¹².

Se o contrapoder popular *não* quer se deformar e se perverter, ao ocupar os espaços que antes ocupavam o Estado e a classe política, deverá ser radical em suas tarefas e fiel, todo o tempo, à sua origem e bases de apoio iniciais. Deverá avançar radicalmente na verdadeira *destruição* do velho Estado e na revolução total da velha política, uma vez que se mantém firmemente como movimento social dos de abaixo e à esquerda. Isto significa que, em vez de *subordinar* e *enquadrar* o movimento social dentro da lógica da velha política e do velho Estado, trata-se agora de fazer prevalecer, todo o tempo e em toda circunstância, a lógica do *poder social do movimento*, a lógica social do contrapoder popular, a partir do qual se reestrutura e se reordena esse novo espaço do político e do estatal, e se “revoluciona o poder e suas relações”, suas práticas, funções, sentido, natureza, sua própria essência, com a perspectiva “desde baixo e à esquerda”, própria e consubstancial dos setores, classes e grupos subalternos da sociedade.

Lógica dos de baixo e subalternos, deve ser também uma lógica *de esquerda*, no sentido já definido, de não se contentar somente com o protesto ou reclamo frente à injustiça, à exploração e ao despojo, ou de ficar na mera ação defensiva e reativa frente à humilhação, à discriminação, ao despotismo ou à opressão, mas de avançar, ofensiva e ativamente, até a constituição do contrapoder popular, a geração de um mundo *outro*, diferente, alternativo e não capitalista, que possa se opor ao atual sistema social capitalista, em sua fase de crise terminal e em sua etapa de caos total.

12. Zibechi (2005; 2006). Para um exemplo concreto e muito atual destes processos de perversão e deformação, ver Zibechi (2006a).

Dupla vertente desta lógica necessariamente *anticapitalista* do contrapoder popular que, se de um lado se instala claramente a partir do ponto de vista dos “de baixo”, dos vastos setores, classes e grupos subalternos, de outro lado, inscreve-se necessariamente numa perspectiva “de esquerda”, que olha sempre o “lado mau” das coisas e da história, para descobrir nelas não somente a raiz e a fonte de sua obrigada caducidade e caráter efêmero mas, sobretudo, a semente que, desse lado *negativo* dos processos e das realidades que abordamos, vá germinando e crescendo lenta e subterraneamente, para irromper, um dia ou outro, como novo e distinto futuro, qualitativamente diverso do nosso presente.

Isto foi claramente constituído nos treze anos da vida pública do EZLN, no primeiro ano de intensa e muito frutífera atividade do digno movimento nacional da *Otra Campanha*, e está presente também nos movimentos sociais genuinamente anti-sistêmicos e mais avançados da América Latina.

Trata-se então de “mudar o mundo, sem tomar o poder”? De forma alguma. Trata-se de “mudar o mundo, revolucionando o poder”. Para isso, é necessário distinguir entre o poder do Estado, o poder político e o poder social, pois é justamente a partir de certos espaços e figuras deste poder social, e de movimentos sociais genuína e radicalmente *antisistêmicos* e *anticapitalistas*, que se deverá não apenas “tomar o poder do Estado”, mas *destruí-lo*. Também não se deverá “tomar o poder político”, mas *suprimi-lo* e instalar no lugar de ambos, respectivamente, um radicalmente *novo modo de governar*, baseado na lógica do “mandar obedecendo”, e uma também muito diferente e *nova maneira de fazer política*, que será sem dúvida uma “*outra política*”.

Assim, considerando que, seguramente, existirá um amanhã que *não* pertencerá aos que hoje nos exploram, dominam, despojam e humilham, talvez, com a geração de contrapoderes a partir de baixo e à esquerda, possamos apostar que esse amanhã seja finalmente nosso, isto é, de todos.

Bibliografia:

- AGUIRRE ROJAS, C.A. (2004). *Immanuel Wallerstein. Crítica del sistema-mundo capitalista*. México: Era, 2ª edição.
- _____. (2005). *Para comprender o século XXI*. Barcelona: Viejo Topo.
- _____. (2006a). *Chiapas, Planeta Tierra*. México: Contrahistorias.
- _____. (2006b). “Ir a contracorriente. El sentido de La Otra Campaña”, *Contrahistorias*, 6.
- _____. (2006c). *América Latina en la encrucijada*. México: Ed. Contrahistorias.

- _____. (2006d). “La otra política de La Otra Campaña”. *Contrahistorias*, 6.
- FOUCAULT, M. (1999). “Estrategias de poder”. In: *Obras Esenciales*, vol. II. Barcelona: Paidós
- _____. (2001a). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2001b). *Defender a sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2005). *El poder psiquiátrico*. México: Fondo de Cultura Económica.
- GRAMSCI, A. (1968). *Maquiavel: a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MARCOS, Subcomandante I. (1997). “OJEPSE LE Y OTIRUD” (La política, la odontología y la moral. Carta a Carlos Monsiváis, set./nov. 1995). In: *EZLN. Documentos y Comunicados*, tomo 3. México: Era
- MARX, K. (1986). *A guerra civil em França*. São Paulo: Global.
- _____. (2003). *O Capital*, livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (s/d). *Miséria da filosofia*. São Paulo: Global.
- WALLERSTEIN, I. (1996). *Después del Liberalismo*. México: Siglo XXI.
- _____. (2005). *La crisis estructural del capitalismo*. México: ed. Contrahistorias.
- ZIBECHI, R. (2004). *Genealogía de la revuelta*. México: Ed. FZLN.
- _____. (2005). “Movimiento social y poder estatal: relaciones peligrosas”. *La Guillotina*, 54.
- _____. (2006). “El zapatismo y América Latina. La otra y nosotros”. *Contrahistorias*, 6.
- _____. (2006a). “Evo empantanado”. *La Jornada*, 22 dez. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx>